

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS -
ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa: LabGES - Laboratório de Tecnologias de Gestão

Título:

CPF: 03832701974

Florianópolis, 2026

1. Introdução:

1.1. Contextualização do tema

A gestão dos serviços de saúde pública sugerem um atrelamento a padrões gerenciais e descontinuidade que transcendem a dimensão tecnicista e advém das peculiaridades de forças políticas. Tal dinâmica é percebida pelos profissionais que atuam diretamente no cuidado à população nos distintos níveis de atenção dos sistemas de saúde.

1.2. Definição do problema

A cada alternância de poder, temos reestruturação sem bases teórico-práticas dos processos de trabalho, dificultando dessa forma a continuidade de planejamentos prévios e seguimento do Plano Municipal de Saúde, ferramenta norteadora da gestão em saúde. A partir dos pressupostos apresentados em relação ao contexto-problema explorado previamente, da questão-problema definida em questão é a seguinte: como mantém a continuidade dos processos gerenciais, mesmo ou apesar da alternância de poder governamental.

1.3. Objetivos da pesquisa

Portanto este estudo tem por objetivo avaliar as ferramentas que são utilizadas nos processos gerenciais na gestão dos serviços de saúde pública, e se necessário desenvolver uma ferramenta que viabilize a organização e estruturação dos processos gerenciais garantindo a continuidade das políticas de saúde, independentemente das alternâncias de poder. Compreendendo como os processos gerenciais, na gestão dos serviços de saúde pública, são estruturados e de que maneira podem contribuir para a consolidação de práticas administrativas mais estáveis e duradouras.

1.4. Justificativa

A gestão pública em saúde constitui um campo complexo, permeado por dimensões técnicas, administrativas e políticas que influenciam diretamente a organização dos serviços e a efetividade das ações ofertadas à população. Nesse contexto, observa-se que a continuidade das políticas públicas de saúde nem sempre se mantém preservada diante das alternâncias de poder, o que repercute na reorganização frequente dos processos de trabalho, muitas vezes sem embasamento teórico-prático consistente. Essa descontinuidade fragiliza o planejamento previamente estabelecido, compromete a execução das ações propostas e dificulta a consolidação do Plano Municipal de Saúde como instrumento orientador da gestão.

A relevância desta pesquisa mostra-se, portanto, na necessidade de compreender e propor mecanismos que contribuam para a estabilidade dos processos gerenciais no âmbito da saúde pública, de modo a reduzir os impactos decorrentes das mudanças político-administrativas. Considerando que a desarticulação de fluxos, rotinas e diretrizes afeta diretamente os profissionais que atuam nos diferentes níveis de atenção e, conseqüentemente, a qualidade da assistência prestada à população, torna-se imperativo desenvolver ferramentas capazes de promover maior organização, padronização e continuidade das práticas de gestão.

Dessa forma, o estudo justifica-se por sua contribuição potencial tanto para o fortalecimento institucional da gestão em saúde quanto para a qualificação dos serviços ofertados, ao propor estratégias que favoreçam a continuidade das políticas públicas para além dos ciclos governamentais, assegurando maior coerência entre planejamento, execução e atendimento das necessidades da população. O interesse pessoal em realizar tal estudo parte da experiência profissional da autora em atuar no serviço de saúde pública a tantos anos e identificar dificuldades de continuidade na gestão dos serviços diante de alternância de poder político.

2. Fundamentação teórica preliminar

2.1 Gestão pública em saúde

A gestão pública em saúde no Brasil está fundamentada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988. O SUS representa uma das maiores políticas públicas de saúde do mundo, sendo estruturado a partir dos princípios da universalidade, integralidade e equidade no acesso aos serviços de saúde.

Nesse contexto, a gestão pública assume papel central na organização e na oferta das ações e serviços destinados à população (PAIM, 2009).

De acordo com Paim (2009), o SUS foi concebido a partir do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que buscava ampliar o acesso à saúde e consolidar um sistema público capaz de atender de forma igualitária todos os cidadãos. Para que esse sistema funcione de forma eficiente, é necessário que a gestão pública seja orientada por princípios de planejamento, coordenação e avaliação das políticas públicas.

A Reforma Sanitária Brasileira vem postular a garantia de direito à saúde como componente da cidadania, indicando uma necessidade de mudanças no Estado, sociedade e na cultura, objetivando a melhoria da situação de saúde e das condições de vida da população. Como ápice desse processo temos a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), sistema esse democrático e descentralizado, com responsabilidades nas três esferas de governo (PAIM, 2007).

A gestão do SUS é descentralizada e compartilhada entre União, estados e municípios, o que exige articulação entre diferentes níveis de governo e capacidade administrativa dos gestores públicos. Portanto a gestão da saúde deve ser capaz de organizar redes de atenção à saúde, integrando serviços e garantindo continuidade no cuidado aos usuários (Mendes, 2011).

Além disso, a gestão em saúde deve considerar não apenas aspectos técnicos e administrativos, mas também dimensões políticas e sociais, uma vez que as decisões na área da saúde envolvem diferentes atores e interesses (Campos, 2003). Dessa forma, a gestão pública em saúde deve buscar estratégias que garantam a eficiência administrativa, sem perder de vista os princípios fundamentais que orientam o SUS.

2.2 Planejamento em saúde

O planejamento em saúde constitui um instrumento essencial para a organização das ações e serviços ofertados pelo sistema de saúde. Por meio do planejamento, é possível definir prioridades, estabelecer metas e orientar a aplicação de recursos de forma mais eficiente, contribuindo para a melhoria da gestão pública (TANCREDI; BARRIOS; FERREIRA, 1998).

O planejamento governamental deve ser entendido como um processo estratégico que considera a realidade social, econômica e política na qual as políticas públicas são implementadas (MATUS, 1993). Nesse sentido, o planejamento em saúde deve considerar as

necessidades da população e os desafios enfrentados pelos gestores públicos na implementação das políticas.

No âmbito do SUS, o planejamento é orientado por instrumentos que permitem organizar as ações de saúde e avaliar os resultados alcançados. A nível municipal o planejamento em saúde é fundamental para garantir que as políticas públicas sejam implementadas de acordo com as necessidades locais, promovendo maior eficiência na gestão dos serviços (VILASBÔAS, PAIM, 2008).

Além disso, o planejamento contribui para fortalecer a continuidade das políticas públicas, reduzindo os impactos provocados por mudanças administrativas e alternâncias de governo. Quando os processos de planejamento são bem estruturados, tornam-se ferramentas importantes para garantir a sustentabilidade das ações e serviços de saúde ao longo do tempo.

2.3 Instrumentos de gestão do SUS

Os instrumentos de gestão do SUS foram desenvolvidos com o objetivo de organizar e orientar o planejamento das ações de saúde nos diferentes níveis de governo. Esses instrumentos permitem estruturar as políticas públicas e monitorar os resultados alcançados, contribuindo para maior transparência e eficiência na administração pública (BRASIL, 2009).

Entre os principais instrumentos de gestão do SUS destacam-se o Plano de Saúde, a Programação Anual de Saúde e o Relatório Anual de Gestão. O Plano de Saúde é o documento que orienta as diretrizes e metas da gestão em um determinado período, geralmente correspondente ao mandato dos gestores públicos. Já a Programação Anual de Saúde detalha as ações que serão executadas ao longo de cada ano, enquanto o Relatório Anual de Gestão apresenta a avaliação dos resultados obtidos (BRASIL, 2016). Esses instrumentos são fundamentais para garantir a organização e o acompanhamento das políticas públicas de saúde, permitindo que gestores e conselhos de saúde participem do processo de monitoramento das ações realizadas (GIOVANELLA et al., 2012).

Além disso, os instrumentos de gestão contribuem para fortalecer a governança do sistema de saúde, promovendo maior integração entre os diferentes níveis de governo e ampliando a capacidade de planejamento e avaliação das políticas públicas. A utilização adequada desses instrumentos torna-se fundamental para assegurar maior continuidade nas políticas públicas de saúde, especialmente em contextos de mudanças administrativas e alternância de governos.

3. Metodologia

3.1. Definições epistemológicas do estudo

A intenção do estudo é uma abordagem qualitativa, pois busca compreender os processos gerenciais e nestes fundamentar perspectivas de busquem a continuidade gerencial das políticas públicas no contexto municipal. A orientação será uma perspectiva interpretativa das ciências sociais aplicadas à gestão pública.

A pesquisa busca compreender como os processos gerenciais são estruturados no contexto da gestão municipal e de que forma podem contribuir para a continuidade das políticas públicas diante das alternâncias de poder característica dos regimes democráticos.

O estudo baseia-se em referenciais teóricos relacionados à gestão pública, ao planejamento em saúde e aos instrumentos de gestão do SUS, almejando apontar modelos e práticas gerenciais que fortaleçam a institucionalização dos processos administrativos e a continuidade das políticas públicas.

3.2. Método de pesquisa

O presente estudo será desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A opção por esse método justifica-se pela necessidade de compreender os processos gerenciais que permeiam a gestão pública municipal, bem como identificar fatores que influenciam a continuidade ou descontinuidade das políticas públicas diante das alternâncias de poder.

A pesquisa qualitativa possibilita a análise aprofundada de fenômenos sociais e organizacionais, permitindo interpretar práticas, estruturas e dinâmicas administrativas presentes no contexto da gestão pública. Dessa forma, busca-se compreender como os processos gerenciais são estruturados e de que maneira podem contribuir para a consolidação de práticas administrativas mais estáveis e duradouras.

O caráter exploratório da pesquisa se justifica pela intenção de ampliar o conhecimento sobre os mecanismos gerenciais que podem favorecer a continuidade das políticas públicas, enquanto a dimensão descritiva permitirá identificar e caracterizar modelos de gestão e instrumentos administrativos utilizados no âmbito da gestão municipal.

3.3. Estratégia de pesquisa

A estratégia de pesquisa adotada neste projeto consistirá no levantamento e análise de modelos gerenciais voltados à promoção da continuidade dos processos de gestão na saúde pública, com ênfase em abordagens que favoreçam a estabilidade e a sustentabilidade das práticas administrativas ao longo do tempo.

3.4. Hipóteses ou pressupostos da pesquisa

Considerando a natureza qualitativa deste estudo, parte-se do pressuposto de que a estruturação de processos gerenciais mais sistematizados e institucionalizados pode contribuir para a continuidade das políticas públicas no âmbito municipal. Parte-se também da compreensão de que a alternância de poder, característica dos regimes democráticos, pode gerar discontinuidades na gestão pública quando os processos administrativos não estão devidamente estruturados ou institucionalizados.

Nesse sentido, pressupõe-se que a adoção de modelos gerenciais mais estruturados, associados a instrumentos formais de planejamento e gestão, pode favorecer maior estabilidade administrativa. Contribuir para a continuidade das ações e políticas públicas, independentemente das mudanças político-administrativas.

3.5. Definição e forma de análise

O presente estudo analisará os modelos gerenciais e instrumentos de gestão aplicados no contexto da administração pública, com ênfase em políticas públicas voltadas à gestão em saúde. O enfoque está na compreensão de como os processos gerenciais podem ser organizados de modo a favorecer a continuidade das ações e políticas públicas, mesmo tendo o contexto das alternâncias de poderes políticos administrativos.

3.6. Procedimentos de coleta de evidências

O procedimento de coleta de evidência será por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistirá no levantamento e análise de produções científicas, como livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações que abordem temas

relacionados à gestão pública, planejamento em saúde e instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já a pesquisa documental envolverá a análise de documentos institucionais e normativos relacionados à gestão pública municipal, tais como planos municipais de saúde, relatórios de gestão, legislações e demais instrumentos de planejamento e monitoramento utilizados na administração pública. A análise desses documentos permitirá compreender como os processos gerenciais são estruturados e quais mecanismos são utilizados para garantir a continuidade das políticas públicas.

3.7. Análise e interpretação dos dados

As evidências obtidas a partir de pesquisa bibliográfica e documental serão analisadas a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando uma análise interpretativa do conteúdo. Tal estratégia proporcionará a identificação de modelos, conceitos e práticas gerenciais que contribuam para o entendimento da continuidade ou descontinuidade das políticas públicas.

A análise será conduzida por meio da organização das informações encontradas, possibilitando a identificação de padrões, convergências e contribuições teóricas relacionadas ao tema do projeto.

3.8. Possibilidade e limitações previstas

Não se pretende esgotar todas as abordagens existentes sobre gestão pública, mas identificar e discutir perspectivas teóricas e práticas que contribuam para o fortalecimento da continuidade gerencial no âmbito municipal.

4. Cronograma

O cronograma que segue expõe as etapas estruturais para o desenvolvimento do projeto de doutorado. Visa garantir uma abordagem sistemática e organizada do andamento do curso proposto para quatro anos.

Etapas estruturais	2026/2	2027/1	2027/2	2028/1	2028/2	2029/1	2029/2	2030/1
Disciplinas obrigatórias e	x	x	x	x				

eletivas								
Revisão bibliográfica		x	x	x				
Escrita do projeto			x	x				
Qualificação do projeto				x				
Coleta de dados					x			
Análise dos dados						x		
Escrita da tese							x	
Defesa da tese								x

5. Referências

PAIM, J. S. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. PlanejaSUS: Sistema de Planejamento do SUS – uma construção coletiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde Paidéia. São Paulo: Hucitec, 2003.

GIOVANELLA, Lúgia et al. Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

MATUS, Carlos. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1993.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

TANCREDI, Francisco; BARRIOS, Susana; FERREIRA, José. Planejamento em saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998.

VILASBÔAS, Ana Luiza Queiroz; PAIM, Jairnilson Silva. Práticas de planejamento e implementação de políticas no âmbito municipal. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2008.